

“IDENTITARISMO” E LGBTQIA+ NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: UMA GENEALOGIA DIGITAL NO TWITTER

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@/UFBA). E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com.

Resumo

A representação identitária dos candidatos entrou de vez na pauta dos pleitos nas eleições municipais no Brasil em 2020. Nas plataformas de redes sociais, a questão foi amplamente discutida e ditaram encaminhamentos de parte do processo. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa, de método misto, com uma etapa de processamento automatizado de linguagem natural e uma outra, genealógica, objetivando compreender o que está sendo chamado de “identitarismo” no Twitter. A análise do *corpus* correspondente a 4777 *tweets* sobre o tema, publicados durante os dois turnos das eleições na plataforma, visou demonstrar como a questão da identidade de gênero e sexualidade é representada. A pesquisa responde a problemas como: quais fenômenos o conceito de “identitarismo” tenta dar conta, e o que ele tem produzido no jogo político atual. Discorremos sobre as disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade, e as controvérsias produzidas sobre os partidos políticos alinhados à esquerda no Twitter. Concluimos que o “identitarismo” é usado como uma adjetivação que classifica um suposto movimento, perspectiva, partido ou ação política que inclui em sua base questões de minorias raciais, de gênero e sexuais. Entretanto, fica evidente que o uso do termo é para depreciar estratégias políticas que se baseiam prioritariamente na defesa de algumas minorias. Do ponto de vista daqueles que apoiam políticas identitárias, aponta-se que pertencer a um grupo social LGBTQIA+ não é suficiente, é preciso assumir uma

postura favorável às políticas das minorias sexuais e de gênero, interseccionando-as com a raça e a classe.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

Introdução

Este artigo é um recorte e um aprofundamento de uma pesquisa maior sobre o tema da recepção das políticas identitárias nas plataformas de redes sociais. Essa pesquisa é um mapeamento do termo “identitarismo” nos debates dentro do Twitter durante as eleições municipais de 2020 no Brasil. O artigo com os dados da investigação está no prelo para publicação com o título *A questão identitária nas eleições municipais de 2020: uma genealogia do conceito de ‘identitarismo’ no Twitter* (FERREIRA, no prelo). Naquele trabalho apresentamos um panorama mais geral, aqui lançamos luz na representação das identidades de gênero e sexualidade LGBTQIA+ presentes nesses discursos sobre “identitarismo”.

Analistas políticos na mídia avaliaram que o resultado nas eleições municipais 2020 um dos vitoriosos foram os candidatos pertencentes e defensores das pautas de grupos minoritários. Atribui-se a isso uma reação a políticas de extrema-direita e a articulação ativa dos movimentos sociais dessas minorias no sentido de sensibilizar o eleitorado para suas causas.

Um dos resultados efetivos dessas ações foi que pelo menos 89 pessoas abertamente LGBTs foram eleitas em 69 cidades do país (sendo que foram 32 em 2016). Erika Hilton (PSOL), negra, foi a primeira vereadora trans eleita na cidade de São Paulo, com 50.508 votos, foi a mulher mais votada do país (ANÍBAL, 2020). Em Aracaju, de todos os candidatos, a mais votada foi a mulher trans Linda Brasil (PSOL). Em Belo Horizonte, Duda Salabert (PDT), também trans, recebeu a maior quantidade de votos da cidade.

Os usuários de uma das principais plataformas de redes sociais, o Twitter, estiveram ativamente debatendo o fenômeno durante o processo eleitoral. Uma das questões que pautaram esses usuários foi justamente o que foi chamado de “identitarismo” que, do modo como tem sido usado, é um neologismo¹ que se refere a um suposto

1 Por ser esse um conceito ainda em disputa, pouco preciso, sempre escrevê-lo-emos ao longo do texto entre aspas (não só ele, mais outros usos circunstanciais de expressões) para evidenciar seu uso pontual pelos usuários no período em questão. É uma palavra cujo sentido está em suspenso, em conflituosa negociação.

movimento, perspectiva, partido ou ação política que calca sua luta política em grupos de minorias de raça, gênero e sexualidade.

Mas afinal, o que é mesmo “identitarismo”? Neste trabalho, além de responder essa questão, nos interessou compreender de quais fenômenos o conceito tenta dar conta e o que ele tem produzido no jogo político atual. É visando responder essas indagações que mapeamos seus usos no debate on-line na plataforma e produzimos uma narrativa que delinea os dispositivos operacionalizados, e a diversidade de discursos e controvérsias que ele comporta.

Metodologia

Essa pesquisa utiliza métodos de processamento de linguagem natural produzindo uma narrativa sumarizada a partir de uma grande quantidade de dados. A parte empírica da pesquisa foi realizada em quatro etapas: coleta, tratamento, mineração e análise dos dados. Como veremos logo abaixo, parte da pesquisa é quantitativa (classificação hierárquica descendente) e parte é qualitativa (análise genealógica do discurso), feita de maneira híbrida entre o componente humano e o computacional.

A coleta de dados foi feita por meio de uma aplicação usando a linguagem R que varreu todo o conteúdo publicado na plataforma do Twitter a partir de certos termos. Buscamos por *tweets*² em português realizadas por pessoas que publicaram a partir do Brasil. A coleta foi feita em duas etapas, uma realizada no dia 21 de novembro de 2020, que coletou as publicações feitas uma semana antes e uma semana depois do primeiro turno das eleições municipais (15/11/2020), e outra realizada no dia 6 de dezembro, que coletou as publicações referentes ao mesmo período de tempo do segundo turno das eleições (29/11/2020). A lógica adotada para a busca era por *tweets* que continham ou o termo “identitarismo” ou “identitário” (e sua variação “identitária”, inclusive usando ou não o acento). Essa etapa da pesquisa resultou em 2.849 *tweets* no primeiro turno e 1.928 no segundo, somando um total de 4.777 documentos sobre a temática.

Esses *tweets* foram tratados também por meio de aplicações em linguagem R na qual foram excluídas palavras que não nos

2 *Tweet* é como é chamada cada publicação feita pelos usuários no Twitter.

interessavam (as chamadas *stopwords*), como artigos e pronomes, por exemplo, e foram estruturados para serem lidos pelo programa de análise textual. Esse texto que foi tratado, foi processado pelo software Iramuteq, gratuito e com fonte aberta.

Foi utilizado o Método de Classificação Hierárquica Descendente (Reinert), no qual após se fazer uma análise dos termos do *corpus* textual e sua cooperação mútua para a construção semântica, gerou-se uma classificação estável e definitiva (após repetidos testes do tipo X2 feito pela aplicação). O software entregou como saída uma representação visual da coocorrência de termos e os agrupou em categorias. Sugiro a leitura da descrição metodológica do artigo de Ferreira (2020) que explica de maneira mais minuciosamente a metodologia aqui adotada.

Essa categorização feita pelo software é um processo de sumarização automatizada que nos permite organizar a circulação de sentido ao redor da questão identitária nas eleições municipais de 2020, o que virtualmente não seria possível tendo em vista a quantidade de dados em questão.

A análise dos dados é feita selecionando a partir da representação produzida pelo Iramuteq – e organização dos documentos (*tweets*) em listas a partir dos termos, feitas pelo próprio software – cada um dos termos estratégicos a nosso problema de pesquisa, analisando-os qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nos *tweets* originais. Finalmente apresentamos um relato da produção de sentido ao redor da questão identitária o que nos permite aferir em quais direções a disputa de sentido orbitou e quais foram os dispositivos utilizados e de que modo foram operacionalizados.

Entendemos o método genealógico como uma análise dos discursos em seus aspectos de belicoso, que foca no conflito pela verdade, buscando compreender quais são as restrições e as liberdades discursivas, evidenciando a historicidade das categorias que os indivíduos usam para dar sentido às suas vidas. Com ele queremos entender como uma categoria como o “identitarismo” é gerada e modificada, e quais implicações nas atuais relações de poder produz.

Referencial teórico

Iris Marion Young (2006) construiu uma lógica de representação política baseada em marcas de diferença que, no entanto, não

concebe a identidade de governantes e governados como unívoca e essencialista. Quando falamos em marcas de diferença desses grupos estamos nos referindo a raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, classe social, etnia, língua, nacionalidade, capacidade e outras. A democracia descentralizada das grandes sociedades massivas – com grande quantidade de contingente populacional e de diversidade de condições de vida –, problemas e vieses de representação mostram-se fluidos, sobrepostos e divergentes e em constante mudança ao considerarmos distintos contextos territoriais e históricos. As normas de representação têm evidenciado seu caráter excludente a certos grupos sociais que não são devidamente representados nos espaços de tomada de decisão. Há, portanto, a defesa de criação de mecanismos para a maior representação de grupos que são sub-representados, especialmente minorias e aqueles que estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006).

Porém, uma das críticas feitas a essas políticas de representação é que elas congelariam relações fluídas a uma identidade una e essencialista que desconsideraria a complexidade dos sujeitos em suas marcas de diferença e seus aspectos interseccionais. Desse modo, uma pessoa não teria a capacidade de representar interesses, opiniões e perspectivas de um grupo social. Young (2006) vai construir seu relato em defesa das representações de grupos minoritários, afirmando que o representante não exerce o papel de substituição de um grupo em sua ausência nem de identificação plena – como se estivessem *presentes por* seus eleitores e agissem como eles agiriam se estivessem lá –, para ela a representação é “um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142, grifo da autora).

Parte do argumento central de Young (2006) é que representação e participação não se contrapõem, pelo contrário, uma requer à outra em uma relação política que se denomina como democrática. É preciso conceber representação política (discussão e deliberação) como *processos mediados*, territorializados e historicizados, baseados nas relações dos eleitores entre si e com o representante.

A autora se apropria do conceito de *différance* de Jacques Derrida, especialmente por ele manter a noção de pluralidade sem requerer uma ideia de identidade única comum, entendendo que se pode ser similar sem ser idêntico e que diferença não quer dizer contrariedade. Ao considerar a *différance*, a ênfase da relação e do processo de

representação não está na substância, mas em estados em distintos períodos de tempos e espaço, nos quais “cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros” (p. 148). Essa relação de representação é fluída, pode facilmente se romper e é mantida com dificuldade.

Ao pensar reivindicações por justiça social considerando a política baseada em questões identitárias, Nancy Fraser (2006) enumera dois tipos: as *reivindicações redistributivas*, baseadas na distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, e as *políticas de reconhecimento*, fundamentado na aceitação da diferença e na integração ou assimilação da perspectivas características das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Dois exemplos de cada uma delas respectivamente seriam as cotas raciais na universidade e o casamento homoafetivo. A tarefa, tendo essas reivindicações em consideração, é idear uma orientação política programática que possa integrar o melhor da política de redistribuição com o melhor da política de reconhecimento (FRASER, 2006).

Fraser argumenta que a dicotomia entre classe social e diferenciação (racial, sexual e de gênero), economia e cultura, má distribuição e reconhecimento errôneo não fazem mais sentido para priorizar em políticas para a justiça social. Em particular a que contrasta a distribuição como material e reconhecimento como simbólico, uma vez que ambos possuem efeitos materiais sobre os sujeitos, já que a dimensão diferenciação-cultura-falta-de-reconhecimento produz fenômenos como espancamentos, estupro e genocídio (FRASER, 2006).

Além das disparidades sociais, econômicas e culturais, há também a política. Entre os obstáculos à paridade participativa estariam os procedimentos de decisão que marginalizam de forma sistemática certas pessoas, inclusive na ausência de uma má distribuição e um reconhecimento errôneo. Um exemplo são “as normas eleitorais dos distritos uninominais³ de ‘tudo para o ganhador’, que negam a voz às minorias quase permanentemente. A injustiça seria a “marginalização política” ou a “exclusão”, e o remédio correspondente, a “democratização” (FRASER, 2006, p. 68, tradução nossa).

3 Aqueles que elegem apenas um representante.

Judith Butler (2018) também vai questionar se uma política marcada pela lógica da identidade é capaz de fornecer condições para criar lógicas de associação na que seria possível viver juntos. Ela escolheu uma outra categoria, uma condição comum, que é a da precariedade que presumiria “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (BUTLER, 2018, p. 24). A autora ainda destaca que a precariedade é

a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (BUTLER, 2018, p. 41).

A luta por representantes LGBTQIA+ nos partidos e nas funções eletivas do Estado é antiga e complexa. Até os anos de 2010 era comum não haver a inclusão da agenda LGBT pelos programas partidários (MARQUES; D’ÁVILA, 2010). A primeira travesti eleita no Brasil foi Kátia Tapety na cidade de Colônia do Piauí (PI), em 1996. Excetuando ela, apesar de muitas ações de movimentos organizados, candidatos assumidamente LGBT não conseguiam êxito em suas candidaturas até aquele período (SANTOS, 2016).

Ainda que a literatura brasileira a respeito da intersecção do movimento LGBTQIA+ nos partidos políticos brasileiros seja escassa (PEREIRA, 2017), alguns motivos para a dificuldade de inserção nos partidos podem ser delineados. Gustavo Gomes da Costa Santos (2016) salienta que sempre houve um grande receio de “instrumentalização” do movimento social LGBT para fins político-eleitorais alheios a causa, evidenciado pelas denúncias de “personalização” de alguns sujeitos que não incorporavam as agendas do movimento social. Outra razão é a heterogeneidade do ponto de vista econômica, social e política da população LGBTQIA+ que resultam em conflitos de articulação e impossibilidade de consenso, fragmentando o voto potencial dessa população (SANTOS, 2016).

Quando se trata da militância e representação política LGBTQIA+ tratamos de pessoas que constroem suas identidades a partir de suas trajetórias individuais para se afirmarem em suas orientações sexuais e identidades de gênero. Diferentemente do sexo e da raça que de

modo geral são mais pré-discursivos, isso é, os sujeitos são identificados pelo Outro para além de sua auto-declaração, muitas vezes a sexualidade e identidade de gênero precisam ser verbalizadas, assumidas, para tornarem-se uma questão.

Uma característica importante nesses casos é que muitos candidatos LGBTQIA+ ainda que se autoidentifiquem como pertencentes a uma identidade dissidente as normas de gênero e sexualidade, nem sempre eles assumem as lutas para promover equidade de gênero, romper com a cis-heteronormatividade dominante, reconhecer a diversidade sexual, enfim, de politizar a própria sexualidade e o gênero para fins de produção de políticas inclusivas à seu grupo social (PEREIRA, 2017).

Resultados e discussão

Em uma primeira aproximação dos dados, vemos que as principais formas ativas (termos de significativa influência no significado geral do *corpus*), selecionando as palavras de relevância para nosso objetivo, com maior frequência no conjunto dos textos foram (nesta ordem): “esquerda”, “pauta”, “negro”, “direita”, “mulher”, “luta”, “classe”, “partido”, “branco”, “discurso”, “psol”, “voto”, “eleição”, “pt”, “liberal”, “racismo”, “homem”, “causa”, “candidato”, “perder”, “minorias”, “movimento”, “pdt”, “boulos”, “preto”, “marxista”, “conservador”, “trabalhador”, “progressista”, “candidatura”, “vereador”, “militância”, “gênero”.

De início, já percebemos que, em linhas gerais, o conjunto textual é fortemente baseado em vieses políticos (esquerda, direita, conservador, progressista), alguns partidos e candidato de esquerda, algumas referências ao processo eleitoral, ações pautadas em lutas ideológicas (discurso, luta, causa) e em marcas de diferença (identitárias), relacionadas a raça e gênero.

Uma parte bastante significativa das formas ativas (62,53%) tratava da questão racial, de gênero e de sexualidade. As vantagens presentes nos discursos analisados de um “voto identitário”, de um “movimento identitário”, ou mesmo de um “identitarismo”, seria o de promover a inclusão de minorias em posições de poder e de ajudar suas comunidades; além de segmentos tradicionalmente excluídos do jogo político – pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas – possam lutar contra ideais autocráticas de poder.

Porém, de modo geral, o “identitarismo” e a “perspectiva identitária” assumem majoritariamente um uso para a crítica a respeito de uma certa postura, ação ou lógica de pensamento que se baseia em identidades minoritárias.

O termo LGBT (às vezes aparecendo como LGBTQIA+) no *corpus* a respeito da questão identitária vai, em parte, apontar como candidatos, partidos ou propostas a essa população seriam uma questão “pontual”, particular, em muitos discursos de rechaço ao suposto “identitarismo”. Em contrapartida, posições a favor de políticas identitárias defendem que a questão da lgbtfofia e o vácuo de direitos desse segmento da população é, na verdade, estrutural. Há uma tentativa de desconstrução da associação entre políticas LGBTs enquanto pauta “identitária vazia”, fazendo referência a uma necessidade de viabilizar candidatas que estejam produzindo efetivos projetos de políticas públicas para os direitos da comunidade LGBT, contrapondo o uso instrumental da minoria. A questão LGBT também veio bastante associada à pauta interseccional, tratando dos atravessamentos de raça e da classe que complexificam o debate. Há, também, discursos que promovem uma desassociação entre um senso comum de que pautas ligadas a essa população seriam exclusivas às esquerdas, sendo apontadas iniciativas em partidos e movimentos de direita e conservadores.

Quando vamos constatar como os dispositivos raciais, de gênero e de sexualidade foram articulados nos discursos presentes no debate, entre as críticas mais à esquerda-progressista⁴, estão a dificuldade de diálogo com a população menos instruída por ser um tema muito acadêmico, o fato de pessoas que desejam assumir posições de poder e que possuem algum traço identitário minoritário não significar que ela fará um mandato em defesa das pautas da minoria ao qual pertence, que desviaria o foco dos fatores econômicos, dificuldade de diálogo com a militância identitária e a cooptação pela grande mídia.

4 Quando tratamos de esquerda e direita, falamos de pontos de vista caricaturais que certas posições políticas tomam nas plataformas de redes sociais. A posição à esquerda-progressista seria aquela que assume o protagonismo do Estado na gestão da população e que são mais progressistas do ponto de vista dos costumes. Do mesmo modo, quando falamos de direita-conservadora, tratamos de um ponto de vista neoliberal associado a um conservadorismo para as pautas acerca dos comportamentos sociais.

Uma crítica mais à direita-conservadora ao “identitarismo” vai focar em temas como a hierarquia de opressão, o entendimento que as pautas identitárias são um trunfo no debate próprio à esquerda, no fato de que o “movimento identitário” seria estrangeiro a realidade brasileira, e que marca um “vitimismo” do debate político atual, e que, na verdade, em vez de incluir a todos, provoca mais exclusão.

Já uma certa defesa da causa identitária vindo apenas de um espectro mais à esquerda dirá que essas críticas são uma tentativa de diminuir a luta de minorias raciais, de gênero e sexuais calcadas na ideia do “homem universal”, afirmando que as exclusões são estruturais e que encobrem privilégios de identidades dominantes.

Detalhando as controvérsias em torno de uma crítica mais à esquerda-progressista, um dos fatores levantados é que para a população negra, pobre e pouco escolarizada a busca por acesso mínimo à bens de consumo e serviço é prioritária e seria difícil pautar a inclusão de fatores específicos às minorias. Por outro lado, a defesa de uma posição identitária vai responder a essa crítica afirmando que há uma indefinição dessa população como “povo” ou “povão” e que essas pautas específicas são justamente as que as incluem, pois ela é composta justamente por negros, mulheres, indígenas, LGBTQs e pessoas com deficiência.

A crítica ao “identitarismo” é bastante calcada numa crítica a um certo academicismo que dificultaria o diálogo, o que torna uma chamada “esquerda identitária” como incapaz de se eleger. O uso de categorias do campo acadêmico como “lugar de fala”, “colorismo”, ações de “cancelamento” e uso de “pronomes neutros” questionando o binarismo de gênero são apontadas como dificuldade de diálogo com a “militância identitária”. Também há referências a uma “bolha identitária” que incluiria em certos circuitos uma linguagem própria que não conseguiria se comunicar com outros setores da sociedade.

É bem expressiva desaprovação do fato de que fazer parte de um grupo não equivale a defender as demandas das pautas de seu grupo social e que candidato com marca de diferença minoritária, podem assumir posições que é reacionário. Desse modo, é preciso que o candidato pertencente a um grupo minoritário assuma aberta e explicitamente posturas antirracista, contrária a misoginia e a lgbtphobia. De mais a mais, seria preciso que também rompa com a lógica capitalista. Nesse sentido, a censura no campo da esquerda ao “movimento identitário” seria que ele é muito *soft*, menos radical, para a luta de classes

(debateremos mais a respeito no item 3). Alguns nomes são apontados como o vereador Fernando Holiday e o presidente da Fundação Cultural Palmares Sergio Camargo, ambos negros (o primeiro também gay) e que tomam posturas e ações contrárias a luta antirracista.

Além disso, são apontadas as contradições entre as pautas identitárias. Uma delas é a da então candidata delegada Martha Rocha, candidata a prefeita no Rio de Janeiro pelo PDT, que se por um lado pautaria as demandas de representação de gênero, por outro teria sido responsável pela prisão do jovem negro Rafael Braga, o que corroboraria com o encarceramento e genocídio da juventude negra. Haveria aí uma situação conflituosa entre as pautas do gênero e da raça.

Vale também pormenorizar o discurso mais conservador que vai afirmar que não é possível no Brasil, que tem uma história de intensa miscigenação, falar de políticas raciais e bastante significativamente argumentos sobre uma impossibilidade de articular políticas identitárias pela lógica da hierarquia ou disputa de opressão. Alguns *tweets* falam de uma “fila da política identitária” onde alguns grupos minoritários teriam prioridade em relação a outros.

Do ponto de vista daqueles que defendem a importância de políticas identitárias, especifica-se que o uso do termo “identitarismo” diminuiria a luta minoritária, como evidencia este *tweet* de uma usuária: “*Agora com mulheres negras, pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas se elegendo como nunca em 2020, será que os progressistas, que usam a expressão “identitarismo” para desprezar pautas minoritárias, vão parar de falar bobagem e começar a aprender a ouvir mais o povo!?*”. Nessa lógica é destacado o fato de ser problematizado pela crítica apenas certas identidades e não identidades privilegiadas e de dominação como as identidades “branco”, “cristão” e “heterossexual”. Cada um com sua demanda de pauta a partir da própria vivência (sobre sentir a dor): “representação interseccional”:

Alguns candidatos que concorriam como prefeito, vice-prefeito e vereador, recebiam destaque pela promessa de ações antirracistas e da inclusão na equipe de governo com pessoas negras e mulheres. Por outro lado, alguns candidatos eram apontados como oportunistas por surfar na pauta identitária, sendo que em períodos anteriores teriam criticado.

Outra parte da discussão era composta de *tweets* (36,25% das formas ativas) que tratavam da relação dos partidos políticos e das ideologias de esquerda, marcadamente o marxismo, com o

“identitarismo”. De modo geral, o debate em torno do “identitarismo” é um debate entre partidos de esquerda, entre si. Partidos de direita são citados geralmente para afirmar que o fato de um candidato fazer parte de um grupo minoritário não significa que ele irá bancar uma pauta em prol do direito de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+, nem pela classe trabalhadora. Um caso emblemático no *corpus* é o do homem transgênero Thammy Miranda, eleito com 40 mil votos para vereador na cidade de São Paulo. Sobre o caso um usuário tuitou: *“Thammy Miranda eleito vereador em SP pelo PL, partido pró bozo⁵, conservador, neoliberal. Pauta identitária sem o mínimo de consciência de classe pra mim é igual merda”*.

Considerações finais

Com este artigo buscamos dar ordem aos discursos enredados e fragmentários sobre “identitarismo” na plataforma de rede social Twitter para que seja possível vislumbrar a diversidade de construções de discursos políticos ao redor do tema, dando foco no tópico que tangenciam a população LGBTQIA+. Mesmo sendo um termo em estado de controvérsia, isso é, em que os sentidos ainda estão em processo de negociação – não sem conflito – não podemos dizer que ele não existe, e nem mesmo menosprezá-lo, já que está sendo operado e está produzindo efeitos políticos em nossa sociedade, aparecendo tanto na mídia hegemônica, como nas plataformas de redes sociais.

O que a leitura dos dados sumarizados nos mostram é que, na maior parte dos casos, o “identitarismo” é operacionalizado como modo de depreciar partidos, ações e movimentos que se baseiam prioritariamente na luta pelo direito das minorias raciais, de gênero e sexuais. Não foram encontradas mensagens de pessoas que se entendiam como “identitaristas”, apenas aquelas que compreenderam a censura e o demérito de certas posições argumentativas e defendem a importância das pautas identitárias. Em outras palavras, ninguém se diz seguidor de um “identitarismo”, é apenas uma forma como certas posturas políticas são nomeadas por Outros.

importante destacar a ação dos algoritmos nas plataformas de redes sociais que atuam de modo dar um uso econômico da produção

5 O usuário está afirmando que o Partido Liberal (PL) apoia o presidente Jair Bolsonaro

dos usuários, assim acirrando as práticas de vigilância e modulação comportamental. Assim, as plataformas operam por algoritmos de seleção e hierarquização de conteúdos que se utilizam da produção do usuário para promover produtos a ele, aprimorar sistemas de previsão de tendências e mantê-lo por mais tempo nas redes. Esse sistema tem privilegiado tecnicamente opiniões mais extremas e polêmicas, justamente por essas produzirem mais engajamento. Não podemos, portanto, desconsiderar a ação da plataforma na própria performance dos sujeitos que as usam que, consciente ou inconscientemente, buscam visibilidade naquela ambiência.

Assim notamos que as mensagens assumem comumente um tom bélico, com uso de indiretas, em que na superfície do texto o alvo das críticas não é explícito (salvo exceções). Há, assim, uma intenção de provocar o Outro de alguma maneira, pela associação, pela discordância ou pela curiosidade.

Associado majoritariamente a partidos de esquerda, o termo “identitarismo” quando usado por sujeitos desse mesmo espectro político refere-se àquelas reivindicações de cunho identitário que não levam em consideração as questões de classe. Um usuário chega a falar em tom de deboche que uma forma de descobrir se alguém é de um movimento identitário é perguntar a uma pessoa negra em uma manifestação se ela vislumbra o fim do capitalismo e se a resposta for não, ela seria identitária. Por outro lado, defensores de políticas identitárias vão afirmar que a rejeição a elas e a acusação de “identitarismo” desnudam aqueles que não estão preparados para as mudanças que incluem as agendas de sexualidade, de gênero, raciais e interseccionais.

Referências

ANÍBAL, Felipe. **Arco-íris na urna**. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. Que história contam os rastros digitais no Facebook sobre a recente história do movimento de

pessoas transgêneras no Brasil? *In*: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER 2020 2020, **Anais** [...]. : Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2020. Disponível em: <http://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/schedConf/presentations>. FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. A questão identitária nas eleições municipais de 2020: uma genealogia do conceito de 'identitarismo' no Twitter. 2021 (no prelo).

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *In*: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (org.). **¿Redistribución o Reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madri: Pandeia Galiza-Morata, 2006.

MARQUES, Vera Lucia; D'ÁVILA, Paulo. O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 1–34, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29084>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma Agenda de Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/23799/15432>.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S. l.], n. 23, p. 58–96, 2016. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>. Acesso em: 11 fev. 2021.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [S. l.], n. 67, p. 139–190, 2006.